



01

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

RECURSO DE AGRAVO Nº - 121027-3/02 - Recife

RECORRENTE: Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco – IRH e outro

RECORRIDO: Eduardo José de Alencar e outros

RELATOR: Des. João Bosco Gouveia de Melo

ÓRGÃO JULGADOR: Sétima Câmara Cível

5530

EMENTA – DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PRECEDENTES UNÂNIMES DOS TRIBUNAIS. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.

1. Constata-se a interposição de recurso contra decisão terminativa cujo seguimento foi-lhe negado, pela sua improcedência.

2. Com a inexistência de fato novo relevante, a simples rediscussão da matéria foge a alçada do recurso intentado, a jurisprudência é uníssona não albergando a recorribilidade das decisões já apreciadas fora do recurso específico para tal. Manifestam-se neste sentido tanto o Tribunal local como os Tribunais Superiores.

3. Recurso de agravo conhecido e improvido à unanimidade.



02

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do recurso de agravo nº 0121027-3/02, figurando como recorrente o INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS DE PERNAMBUCO-IRH E OUTRO e como recorrido EDUARDO JOSÉ DE ALENCAR E OUTROS; acordam os Desembargadores que compõem a SÉTIMA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso de agravo, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 26 de 01 de 2010.


Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Relator / Presidente -



03

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

RECURSO DE AGRAVO Nº - 121027-3/02 - Recife

RECORRENTE: Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco – IRH e outro

RECORRIDO: Eduardo José de Alencar e outros

RELATOR: Des. João Bosco Gouveia de Melo

ÓRGÃO JULGADOR: Sétima Câmara Cível

RELATÓRIO

O Recorrente ingressou com o presente recurso de agravo (fls. 02/15) em oposição ao Acórdão proferido pela Sétima Câmara Cível em sede de Embargos de Declaração, que acolheu parcialmente o recurso, a fim de determinar o termo inicial para a incidência dos juros de mora.

Expõe de forma reiterada, sumariamente os mesmos argumentos trazidos no recurso anteriormente julgado, ou seja, a sua insatisfação em ter que restituir aos recorridos os valores descontados indevidamente de seus vencimentos, a título de contribuição previdenciária.

Requer, em seu pedido final, o provimento do presente recurso de agravo, no sentido de dar regular seguimento à apelação interposta, e, reformar a sentença apelada.

É o relatório.

Recife, 2^o de  de 2010.

Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

- Relator -



04

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

RECURSO DE AGRAVO Nº - 121027-3/02 - Recife

RECORRENTE: Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco – IRH e outro

RECORRIDO: Eduardo José de Alencar e outros

RELATOR: Des. João Bosco Gouveia de Melo

ÓRGÃO JULGADOR: Sétima Câmara Cível

VOTO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão terminativa que em sede de Apelação Cível deu provimento parcial ao reexame necessário.

Por meio da via recursal eleita, requer o agravante a retratação do teor da decisão vergastada, para provimento do apelo interposto, ou, reconhecendo a incorreção, sua apresentação em mesa para julgamento.

O presente recurso encontra-se com os requisitos legais e foi interposto tempestivamente.

Passo a analisar.

Constata-se de logo a rediscussão e inconformismo dos fundamentos já avaliados, não se afigurando como fato novo, passíveis de modificação no julgado.

É o que se depreende do acórdão a seguir colacionado:

Qu
"EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO MONOCRÁTICA TERMINATIVA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO APELO. «RECURSO» DE «AGRAVO». MERA REPETIÇÃO DE ARGUMENTOS DANTES VENTILADOS NA PRIMEIRA PEÇA RECURSAL. PRETENSÃO DE REDISCUTIR OS FUNDAMENTOS



05

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

**DA SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE. ART. 512, CPC. DECISÃO
TERMINATIVA PAUTADA EM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE.
«AGRAVO» LEGAL REJEITADO À UNANIMIDADE DE VOTOS.**

Uma vez que a decisão monocrática terminativa proferida neste juízo 'ad quem' substituiu, nos termos do art. 512, CPC, a sentença emanada naquele juízo de 1º grau, resta naturalmente prejudicado o exame de preliminar voltada à «rediscussão» da sentença. No mérito, a mera irresignação do recorrente, demonstrada na simples repetição dos termos e fundamentos já constantes em sua peça de apelo, sem qualquer referência a fato novo relevante, não tem o condão de modificar o julgado combatido, inclusive porque referendado pela jurisprudência dominante de nossos Tribunais sobre a «matéria», não sendo demais ressaltar, por outro lado, o caráter inusitado e inovador da pretensão meritória formulada neste «recurso». «Agrav» legal que se nega provimento à unanimidade de votos". (grifos acrescidos) (Recurso de Agrav nº 154179-3/01. Rel. Des. LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO. Órgão Julgador: 7ª Câmara Cível TJPE. Data do Julgamento 27.11.07 Publicação nº 227).

Explicitamente o recurso em tela, não merece acolhimento, eis a latente rediscussão da matéria, inaceitável em sede de recurso de agravo.

Dessa forma, à luz do entendimento jurisprudencial acima esposado, não há que se retratar, tendo em vista que, no caso vertente, verifica-se que a Lei que autorizou o acréscimo dos descontos nos salários dos servidores estaduais foi declarada pelo Supremo Tribunal Federal como inconstitucional (ADIN nº 1425-1). Assim, de logo, resta incontestado o direito ora pleiteado pelos agravados.



06

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em não conhecer da ação direta quanto aos incisos II e III do artigo 33, da Lei nº 7.551, de 27 de dezembro de 1977, na redação dada pela Lei nº 11.327, de 11 de janeiro de 1996, do Estado de Pernambuco. Prosseguindo no julgamento, o Tribunal, por votação majoritária, julgou procedente a ação direta e declarou a inconstitucionalidade do inciso I do artigo 33, da Lei 7.551, de 27 de dezembro de 1977, na redação dada pela Lei nº 11.327, de 11 de janeiro de 1996, do Estado de Pernambuco, vencido o Ministro Carlos Velloso, que a julgava improcedente. (Original sem grifos)

É sabido que a declaração de inconstitucionalidade, no controle direto, opera efeito vinculante e eficácia *erga omnes*. Dessa forma, a Autarquia agravante ficou impedida de continuar realizando os descontos previdenciários nos vencimentos dos agravados.

Posto isso, **VOTO** pelo não provimento do presente recurso de agravo, mantendo incólume o Acórdão proferido nos Embargos de Declaração nº 0121027-3/01.

Recife, 26 de 01 de 2010.

Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Relator -